



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 68, DE 2007

(nº 231/2007, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

Os méritos do Senhor Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de abril de 2007.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. A. FONSECA COUTO GOMES PEREIRA", is placed over the date and the end of the message.

EM Nº 00071 MRE - DP-AFEPA-G

Brasília, 30 de março de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Congresso Nacional destinada à indicação do Senhor **Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae do Senhor Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

I N F O R M A Ç Ã O C U R R I C U L U M V I T A E

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE Manoel Antonio da Fonseca Couto Gomes Pereira

CPF.: 28841425768
ID.: 5305 MRE

- 1949** Filho de Antonio Gomes Pereira e de Maria Helena da Fonseca Costa Couto Gomes Pereira, nasce em 1 de maio, em Belo Horizonte/MG
- 1971** Direito pela FD/UEG
- 1973** CPCD - IRBr
- 1974** Terceiro Secretário em 15 de janeiro
- 1974** Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

- 1974 Prêmio Lafayette Carvalho e Silva e medalha de Prata
- 1974 Ordem da Águia Azteca, México, Cavaleiro
- 1975 Exposição Industrial Brasileira no Festival de Artes de Birmingham, EUA, Diretor-Geral
- 1976 Feira Internacional de Argel, Diretor-Geral do Pavilhão
- 1977 Embaixada em Roma, Terceiro e Segundo Secretário
- 1977 Segundo Secretário, por antigüidade, em 30 de setembro
- 1978 I CAD - IRBr
- 1980 Ordem do Mérito, Itália, Cavaleiro
- 1980 Embaixada em Port-of-Spain, Segundo e Primeiro Secretário
- 1981 Primeiro Secretário, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1982 Embaixada em Lima, Primeiro Secretário
- 1984 Subsecretaria-Geral de Administração e Comunicações, assessor
- 1986 Cerimonial, assessor
- 1986 Divisão de Protocolo, Cerimonial, Chefe, substituto e Chefe
- 1986 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1987 Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
- 1987 Ordem de Francisco de Miranda, Venezuela, Oficial
- 1987 Medalha Mérito Santos Dumont, Prata
- 1987 Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1988 Ordem de Rio-Branco, Brasil, Comendador
- 1988 Embaixada em Madri, Conselheiro
- 1990 Embaixada em Bissau, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1991 Ordem de Isabel a Católica, Espanha, Comendador
- 1991 Consulado em Sydney, Cônsul, Conselheiro
- 1993 XXVI CAE - IRBr, O Turismo como fator de desenvolvimento e integração do Brasil no MERCOSUL
- 1995 Divisão de Pessoal, Chefe

- 1996 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1997 Ministério da Justiça, Assessoria Internacional do Gabinete, Chefe
- 1998 III Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru sobre Narcotráfico, Lima, Chefe de delegação
- 1998 2a. Reunião da Unidade Especial de Trabalho da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Buenos Aires, Chefe
- 1998 3a. Reunião da Unidade Especial de Trabalho da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Buenos Aires, Chefe
- 1998 Reunião do Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto do Mecanismo Regional de Registro de Compradores e Vendedores de Armas de Fogo, da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Buenos Aires, Chefe
- 1999 1ª Reunião Técnica da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Assunção, Chefe
- 1999 2ª Reunião Técnica da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Assunção, Chefe
- 1999 3ª Reunião Técnica da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Assunção, Chefe
- 1999 4ª Reunião Técnica da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Montevidéu, Chefe
- 1999 5ª Reunião Técnica da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Montevidéu, Chefe
- 1999 6ª Reunião Técnica da Subcomissão de Acompanhamento e Controle do Plano Geral de Segurança da Tríplice Fronteira, Montevidéu, Chefe
- 1999 6º Encontro da Comissão Técnica da Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Montevidéu, Chefe
- 1999 48º Encontro da Comissão Técnica da Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL, Montevidéu, Chefe
- 1999 VI Reunião de Ministros do Interior do MERCOSUL, Montevidéu, Chefe
- 1999 XII Reunião de Ministros da Justiça do MERCOSUL, Montevidéu, Chefe
- 1999 6ª sessão do Comitê ad hoc encarregado de elaborar uma Convenção contra o Crime Organizado Transnacional, Viena, Chefe
- 2000 Presidência da República, Coordenadoria-Geral de Estudos da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional, Coordenador-Geral
- 2002 Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Conselho Superior da Agência Espacial Brasileira, assessor

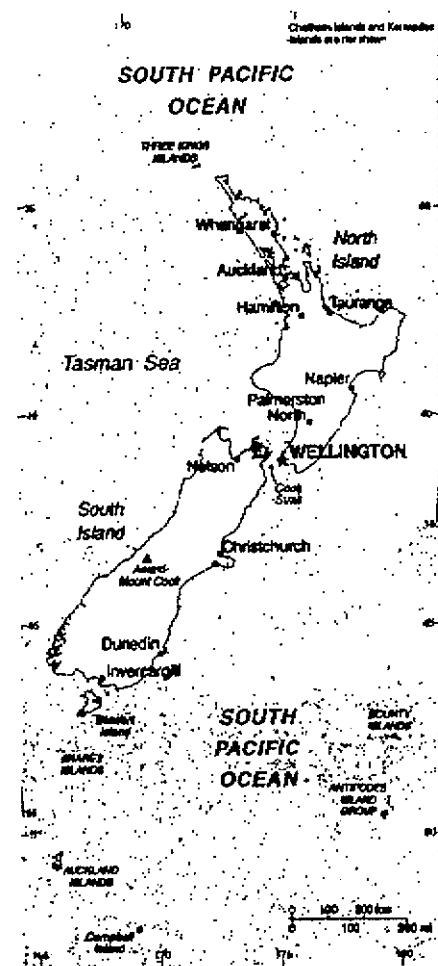
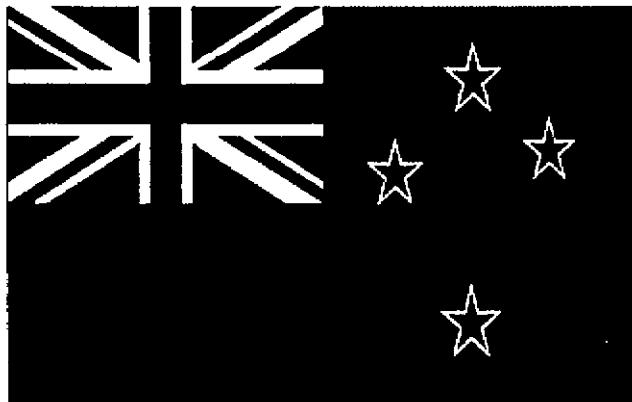
- 2002 Medalha do Pacificador, Brasil
- 2003 Divisão Jurídica, Chefe
- 2003 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 2003 Ordem do Mérito Ministério Público Militar, Brasil, Alta Distinção
- 2004 Negociação de Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais com a República da Albânia, Brasília, Chefe
- 2004 Reunião Brasil-México de Cooperação Consular, Brasília, Chefe
- 2004 Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior, Diretor
- 2004 Negociação de Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais com a Federação da Rússia, Moscou, Chefe da delegação
- 2005 III Reunião do Grupo Permanente Brasil-Guiana de Cooperação Consular, Georgetown, Chefe de delegação
- 2005 III Reunião do Grupo Permanente Brasil-Suriname de Cooperação Consular, Paramaribo, Chefe de delegação
- 2005 I Reunião Brasil-México de Cooperação Consular, Cidade do México, Chefe de delegação
- 2005 II Reunião Brasil-Japão de Coordenação Consular, Tóquio, Chefe de delegação
- 2005 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de junho
- 2006 2ª Reunião dos Grupos de Trabalho Brasil-Bolívia sobre assuntos Migratórios e fundiários, La Paz, chefe de delegação



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

Março de 2007

SUMÁRIO EXECUTIVO



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Nova Zelândia (New Zealand)
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:	Democracia Parlamentar
CAPITAL:	Wellington
ÁREA (Km ²):	268.680

POPULAÇÃO (31/12/2006):	4.165.600 habitantes
PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS:	Europeus (79,1%), maori (9,7%), etnias originárias do Pacífico Sul (3,8%), asiáticos e outros (7,4 %)
PIB (março/2006):	US\$ 107,3 bilhões
PIB/capita:	US\$ 26.100
CHEFE DE ESTADO:	Rainha Elizabeth II
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-Ministra Helen Clark
DATA NACIONAL:	06 de fevereiro (Tratado de Waitangi)
PRINCIPAIS CIDADES:	Auckland (1.119.900), Wellington (346.700), Christchurch (343.700), Hamilton (171.700) e Dunedin (111.400)
REPRESENTANTE DO BRASIL NA NOVA ZELÂNDIA:	Embaixador Sergio Barbosa Serra
REPRESENTANTE DIPLOMÁTICO NO BRASIL:	Embaixadora Alison Mann

* Para estatísticas econômicas, foi utilizada a taxa de câmbio de julho de 2006 (US\$ 0,62 por 1 NZ\$)

BALANÇA COMERCIAL BILATERAL (US\$ mil) MDIC

Fonte:

BRASIL → NOVA ZELÂNDIA	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Exportações	22.703	30.429	36.233	51.338	54.226	55.862
Importações	35.080	34.135	22.768	27.762	29.960	27.590
Superávit/Déficit brasileiro	-12.377	- 3.705	+13.465	+23.575	+24.265	+28.271

TERRITÓRIO, POPULAÇÃO

A Nova Zelândia, com superfície de 270.500 Km², tem território semelhante ao da Itália, Grã-Bretanha ou Japão. Localizada ao sudoeste do Oceano Pacífico, tem como vizinhos a Austrália, a Nova Caledônia (França), as Ilhas Fiji e Tonga. É constituída por duas ilhas principais: a do Norte e a do Sul, separadas pelo Estreito de Cook. Os extremos norte e sul estão a 1.660 quilômetros de distância e nenhum ponto do país está a mais de 180 km da costa. A Zona Econômica Exclusiva da Nova Zelândia, por sua vez, estende-se por 3,1 milhões de Km².

Cadeias montanhosas e colinas compõem a paisagem da Nova Zelândia, sendo a maior delas a dos Alpes do Sul (*Southern Alps*). A maior elevação do país é o Monte Cook (3.754 metros) e o *Waikato* o rio mais extenso. A Ilha do Sul apresenta ainda regiões de fiordes, *glaciers*, lagos e planícies costeiras. A Ilha do Norte, a mais povoada e urbanizada, tem elevações menores, apesar da existência, nessa região, de grandes vulcões, como Ruapehu, Tongariro e Ngauruhoe. O maior lago do país, o lago Taupo, encontra-se na região central da Ilha do Norte.

O idioma mais falado na Nova Zelândia é o inglês. O Maori também é língua oficial de crescente importância cultural, integrando o *curriculum* básico do ensino no país. As tradições maoris são cultivadas e influenciam notavelmente o *kiwi*, como gostam de ser chamados os neozelandeses.

A densidade populacional é relativamente baixa: 13,6 pessoas por quilômetro quadrado. Mais de 85% dos habitantes moram em zonas urbanas. Auckland, a maior cidade, com 1,2 milhão de habitantes, concentra mais de ¼ da população total do país. As três maiores cidades (Auckland, Wellington e Christchurch) concentram quase 50 % da população da Nova Zelândia.

Cerca de 68% da população, estimada em 4,17 milhões, é de descendentes de europeus, oriundos principalmente da Grã-Bretanha, Irlanda, Alemanha, Itália, Países Baixos e ex-Iugoslávia. O segundo contingente é formado pelos Maori (14,7%), seguido pelos asiáticos, que conquistaram a terceira posição (9,2%), anteriormente ocupada pelo grupo proveniente das Ilhas do Pacífico - principalmente de Samoa (antiga Samoa Ocidental), Ilhas Cook, Niue, Tokelau, Tonga e Fiji - (6,9%), segundo dados do Censo 2006.

A população da Nova Zelândia apresenta reduzido crescimento vegetativo, sobretudo devido à taxa de fertilidade, em média 2,01 nascimentos por mulher nas últimas duas décadas, ou seja, ligeiramente abaixo dos 2,1 nascimentos por mulher necessários para que a reposição natural da população - sem depender de imigração. Em relação à mortalidade, números de dezembro de 2006 mostram média de 5,1 mortes para cada 1.000 nascimentos.

A taxa de analfabetismo é de cerca de 1% e a expectativa de vida soma 78 anos: 76 para homens e 81 para mulheres.

Mais da metade da população neozelandesa é cristã embora, nos últimos anos, as religiões não-cristãs tenham ganhado espaço. De acordo com os números provisórios do Censo 2006, as principais religiões praticadas são a Anglicana (13,7%), a Católica (12%), a Presbiteriana (9%), a Metodista (3%) e a Batista (1%). Outras religiões somam cerca de 4%, e 32% dos neozelandeses não professam nenhum credo.

POLÍTICA INTERNA

O sistema político neozelandês, multipartidário desde a adoção do sistema proporcional misto em 1993, manteve até agora as características do bipartidarismo, com o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) revezando-se no poder por mais de 50 anos. As diferenças entre os dois partidos são sutis, como se viu a partir de 1984, quando o Partido Trabalhista chegou ao poder. Naquele momento, o Partido Trabalhista encontrou um país com um déficit fiscal e uma dívida externa enormes, inflação alta e um mercado distorcido por um congelamento de preços e salários que durara quase três anos. Esgotara-se, claramente, o modelo vigente de amplo assistencialismo social e de regulamentação e controle da economia. O Partido Trabalhista lançou, então, um programa intensivo de liberalização econômica. Entre 1984 e 1990, os trabalhistas fizeram flutuar o dólar neozelandês, eliminaram a maioria dos subsídios ao setor agrícola, reduziram drasticamente as tarifas de importação, privatizaram inúmeras estatais e desmontaram uma boa parte do 'Estado do bem-estar social' (*welfare state*).

A velocidade com que esse programa foi implementado provocou algumas dificuldades e gerou alto índice de desemprego. O Partido Nacional aproveitou-se dessa situação para vencer as eleições de 1990. Entretanto, uma vez no poder, o Partido Nacional apenas deu seguimento às reformas liberais encetadas pelo Partido Trabalhista, aprofundando a flexibilização da legislação trabalhista e dando prosseguimento às privatizações e ao desmantelamento do *welfare state*.

O Partido Trabalhista está no poder desde 1999, quando Helen Clark tornou-se Primeira-Ministra. O Partido Trabalhista (50 assentos) e o Partido Progressista (1 assento) formaram um Governo de Coalizão minoritária, que conta com o apoio qualificado dos partidos New Zealand First (7 assentos) e United Future (3 assentos) e com um "entendimento de trabalho" com o Partido Verde (6 assentos).

POLÍTICA EXTERNA

Não obstante os importantes laços históricos que seguem mantendo com o Reino Unido, a Nova Zelândia tem procurado, cada vez mais, diversificar sua presença no cenário internacional. Nesse contexto, a diplomacia neozelandesa vê como prioritárias as relações com os Estados Unidos, a União Européia e o Japão, que, depois da Austrália, são os maiores parceiros comerciais do país. A Nova Zelândia tem demonstrado crescente interesse em adensar o relacionamento bilateral e multilateral com os países asiáticos, em especial a China e o sudeste asiático.

No plano regional, ressalta o relacionamento com a Austrália, marcado por sólidos laços econômicos, políticos e culturais, mas também por acentuado sentido de rivalidade. Registre-se que, nos últimos anos, têm-se verificado importantes divergências entre os dois países em matéria de segurança internacional, tendo a mais recente se manifestado em relação à invasão do Iraque.

O instrumento marco das relações e fluxos comerciais e de investimento entre os dois países foi o estabelecimento, em 1983, do CER (“Closer Economic Relations”, ou alternativamente, ANZCERTA, “Australia-New Zealand Closer Economic Relations Trade Agreement”). O CER é um mercado comum altamente integrado, prevê livre comércio não apenas de bens, como de serviços, além de movimento livre de pessoas. É, portanto, um dos acordos mais abrangentes e avançados do mundo, contando, ademais, com fortes alicerces de natureza cultural.

A Nova Zelândia procura dissociar-se de sua imagem de “impressão digital da Europa na Ásia”, mantendo uma postura de favorecimento do multilateralismo e buscando sua inserção em uma região “pan-asiática”, a qual compreenderia desde a Índia até as Ilhas do Pacífico Sul, e desde a Rússia até a Nova Zelândia. Procura dessa forma mostrar-se como sociedade multicultural e não exclusivamente branca.

A par do relacionamento com a Austrália, a política externa neozelandesa atribui grande prioridade à região da Ásia-Pacífico. Nesse sentido, a Nova Zelândia, que administra a ilha de Tokelau e, em regime de ‘livre associação’, zela pelas políticas externa e de defesa das Ilhas Cook e da ilha de Niue, percebe-se cada vez mais como um país da Oceania e da Ásia-Pacífico. O Governo neozelandês participou ativamente no processo de independência do Timor Leste, onde continua presente, tendo enviado tropas ao país em junho de 2006. Atuou como mediador nos conflitos que afetaram as ilhas Fiji em 2000, e a ilha de Bougainville, que ainda não é nação independente. Procura incentivar o respeito a governos constitucionais em Fiji e Tonga e, juntamente com a Austrália e outros países da região, integra a missão de paz enviada às Ilhas Salomão.

Para fomentar os intercâmbios cultural, educacional e empresarial com os países do Pacífico, a Nova Zelândia estabeleceu, em agosto de 2003, a Fundação para Cooperação no Pacífico.

Além disso, no atual Governo, a Nova Zelândia vem procurando intensificar as relações com países asiáticos, sobretudo com o Japão, China, Índia, Coréia do Sul, Cingapura, Malásia e Tailândia. A Nova Zelândia participa ativamente do foro de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) e pretende associar-se à ASEAN.

Na condição de país pequeno e geograficamente isolado, a Nova Zelândia defende o fortalecimento do multilateralismo como forma de encaminhar seus interesses políticos e estratégicos. Coerentemente com essa postura, o país adotou, em 1984, uma política não-nuclear totalmente independente. Na época, o então Governo trabalhista declarou a Nova Zelândia ‘nuclear free’, o que incluía a proibição de ancoragem de qualquer navio a propulsão nuclear ou portando armas nucleares.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

O PIB da Nova Zelândia chegou a US\$107 bilhões em março de 2006. A taxa de inflação situa-se em torno de 4% (em 2006 e nos primeiros meses de 2007) e a economia vem crescendo a taxas baixas: 2% em 2006 e expectativa de 2,5% para 2007.

O setor primário exportador é o motor da economia neozelandesa, sendo responsável por 20% do PIB do país. Representa fonte fundamental de divisas, exercendo, portanto, forte efeito multiplicador no restante da economia. O agronegócio neozelandês centra-se, historicamente, na criação de rebanhos ovino e bovino e na comercialização de seus subprodutos, entre os quais laticínios, carne, artigos de lã e de couro, totalizando cerca de 50% das exportações do país. Cerca de 90% da produção agrícola do país é exportada.

O setor secundário constitui-se, principalmente, de empresas responsáveis pelo processamento da matéria prima exportada ou consumida no mercado interno, representando cerca de 15% do PIB e também 15% (290.000 trabalhadores) da mão de obra empregada.

No setor de serviços, destacam-se o turismo e o ensino de inglês em escolas especializadas; atividades ligadas à logística, transportes e comércio exterior e setores de telefonia, energia, engenharia, serviços públicos.

No comércio exterior neozelandês figuram com destaque Austrália (cerca de US\$9 bilhões, nos dois sentidos), Estados Unidos (US\$6,4 bilhões), Japão (US\$4,9 bilhões), União Européia (US\$3,5 bilhões), além de outros países asiáticos (exceto Japão), que, em conjunto, absorvem cerca de 25% das exportações neozelandesas.

RELAÇÕES BRASIL-NOVA ZELÂNDIA

As relações bilaterais com a Nova Zelândia beneficiaram-se da abertura de nossa Embaixada em Wellington, em 1997, e da inauguração da Embaixada neozelandesa em Brasília, em 2001. Não obstante os progressos alcançados, as marcadas diferenças e a distância geográfica entre os dois países permanecem como desafios importantes ao aprofundamento do relacionamento bilateral.

Embora a região latino-americana não figure entre as prioridades da política externa neozelandesa, a “Estratégia Latino-Americana”, lançada em 2000 pela Primeira-Ministra Helen Clark, constitui valiosa iniciativa para promover os laços com o Brasil, entre outros países de nossa região, e reflete o interesse pessoal da Primeira-Ministra pela América Latina.

A partir de 1997, intensificaram-se as visitas de parte a parte, destacando-se a viagem de Helen Clark ao Brasil, em novembro de 2001, quando inaugurou a Embaixada residente de seu país em Brasília e presidiu a assinatura de três acordos bilaterais (cooperação científica e tecnológica, criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países).

O Ministro da Cultura, Gilberto Gil (março/2005) e o da Agricultura, Roberto Rodrigues (junho/2005) visitaram Wellington, bem como o professor Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais (fevereiro/2006).

Do lado neozelandês, além da PM Helen Clark (2001), vieram ao Brasil o Chanceler Phil Goff, (março/2004) e o Ministro da Conservação Ambiental, Chris Carter (março/2006). Em outubro de 2006, teve lugar em Brasília a III Reunião de Consultas Políticas.

A cooperação em Ciência e Tecnologia oferece inúmeras oportunidades, uma vez que a Nova Zelândia é um país a um tempo captador e gerador (e exportador) de tecnologia avançada em áreas-nicho, como processamento de laticínios, genética animal e vegetal, entre outras. A cooperação, vale lembrar, já vinha se processando de maneira espontânea nos meios acadêmicos dos dois países antes mesmo que ambos os Governos considerassem marcos mais formais de referência. Muitos são os estudantes brasileiros que fazem cursos de pós-graduação nas Universidades de Massey e Lincoln em áreas agro-pastoris ou de biotecnologia e a Escola de Medicina da Universidade de Otago mantém, desde 1999, mecanismo de cooperação com a Universidade de Santa Catarina na área de saúde pública.

Em matéria de Educação, segundo informações da Embaixada em Wellington, cerca de dois mil estudantes brasileiros estiveram na Nova Zelândia em 2005, a maioria composta por interessados no estudo da língua inglesa. O Brasil tem interesse na ampliação do intercâmbio em matéria de pós-graduação. (concessão de bolsas de estudos para arquitetura e urbanismo, biotecnologia e estudos agro-pastoris (incluindo processamento de laticínios), genética animal e vegetal, tecnologia de horticultura, segurança ambiental, ecologia médica, turismo (em especial o de aventura e ecológico) e gestão pública.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL – NOVA ZELÂNDIA

As trocas comerciais entre o Brasil e a Nova Zelândia, embora modestas em termos absolutos (US\$ 83,4 milhões nos dois sentidos), apresentam potencial de crescimento (entre 2000 e 2006, as exportações brasileiras passaram de US\$30 milhões para US\$55,8 milhões). Em 2006, as exportações brasileiras registraram crescimento de 3% com relação ao ano anterior; as importações provenientes da Nova Zelândia, por sua vez, caíram 8% no mesmo período, com considerável redução nas importações de caseinato de sódio. Diversos fatores contribuem para a modéstia dessas cifras, tais quais, o desconhecimento mútuo, as distâncias geográficas, as dificuldades logísticas, bem como o forte perfil agroexportador dos dois países e a concorrência dos produtos industriais da China, sudeste asiático, Austrália, Japão e Estados.

A pauta brasileira em 2006 foi composta, principalmente, por produtos derivados do complexo soja, suco de laranja, motocicletas, motocompressores, produtos de aplicação veterinária, fios de alumínio, café, refrigeradores e fumo, entre outros.

Do lado neozelandês, destacou-se em 2006 a continuidade de significativas exportações de carvão mineral (26,9% da pauta), radiotransmissores (refletindo a licitação vencida pela empresa Tait Communications junto à polícia paulista). Produtos constituídos do leite representaram 12,3% da pauta em 2006, em relação aos 3,7% em 2005.

**DADOS DO INTERCÂMBIO BRASIL-NOVA ZELÂNDIA
MDIC**

Fonte:

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES PARA A NOVA ZELÂNDIA	2005		2006	
	VALOR(US\$)	% DO TOTAL	VALOR(US\$)	% DO TOTAL
Suco de Laranja	3.630.412	6,7%	6.481.601	11,6%
Bagaços e resíduos da extração de óleo de soja	825.327	1,52%	4.666.758	8,35%
Óleo de soja refinado	7.610.203	14,03%	3.568.717	6,39%
Motocicletas motor pistão 125 CM	1.589.260	2,93%	3.348.828	5,99%

PRINCIPAIS IMPORTAÇÕES DA NOVA ZELÂNDIA	2005		2006	
	VALOR(US\$)	% DO TOTAL	VALOR(US\$)	% DO TOTAL
Carvão Mineral (Hulha)	8.598.648	28,7%	7.418.275	26,9%
Produtos constituídos do leite (outros)	1.121.847	3,7%	3.403.546	12,3%
Rádiotransmissores	---	---	2.624.330	9,5%
Lactose e xarope de lactose	1.665.678	5,6%	1.598.862	5,8%
Caseínas	1.363.639	4,5%	1.117.759	4,0%

Um dos principais interesses do Brasil na Nova Zelândia – além de acesso ao mercado – é atrair investimentos para o nosso país, seja em aplicações diretas, seja por meio de “joint ventures” em áreas de notória especialização neozelandesa, relativamente concentradas na área agropecuária. Após o insucesso da tentativa da Fonterra em comprar a brasileira Vigor, a empresa neozelandesa concretizou, em 2003, “joint venture” com a Nestlé latino-americana (cuja sede é em São Paulo), o *Dairy Partners Americas*, tornando-se o primeiro investidor neozelandês na economia brasileira. A empresa neozelandesa Rissington Breedline, do ramo de melhoramento genético, mantém “joint venture” com o frigorífico brasileiro Marfrig.

As questões relativas a bitributação bilateral e APPIs foram tratadas pelos dois países em 1996, quando da visita do Ministro do Comércio neozelandês ao Brasil. A Receita Federal brasileira não demonstrou interesse na negociação de um Acordo de Bitributação bilateral. Quanto aos APPIs, foi informado à Nova Zelândia que a orientação do governo brasileiro era esperar a tramitação no Congresso dos cinco acordos então já assinados, antes de iniciar novas negociações sobre o assunto.

Apesar da ausência dos citados instrumentos, a Nova Zelândia vem aumentando significativamente seus investimentos no Brasil, especialmente em setores relacionados ao agronegócio (lácteos). De um estoque acumulado de apenas US\$3,5 milhões em 2000, a Nova Zelândia passou a US\$48 milhões, apenas no ano de 2005.

COORDENAÇÃO EM FOROS MULTILATERAIS

De todas as árcas de cooperação estabelecidas com o Governo neozelandês a multilateral está entre as que maior fluidez e constância apresentam. Isso porque a Nova Zelândia defende plataformas muito semelhantes às nossas no plano multilateral e tem com freqüência apoiado ou co-patrocinado iniciativas brasileiras. De fato, as políticas externas de ambos os países pautam-se pela defesa do multilateralismo e do Direito Internacional.

Além disso, recorde-se que este país sempre procurou ter ‘voz própria’ em matéria de política externa, notadamente a partir dos anos setenta, quando a Nova Zelândia se transformou em um dos porta-vozes de teses antinucleares e ambientais, assumindo posições bastante diferenciadas, por exemplo, de seu mais poderoso vizinho australiano. Recorde-se que, nos anos oitenta, o afundamento em um porto neozelandês do navio “Rainbow Warrior”, da Greenpeace, criaria um verdadeiro epicentro emocional, que não só ajudou a enraizar essas posições mais ‘progressistas’ no imaginário local, como promoveu-as a tópicos de política interna.

Brasil e Nova Zelândia são membros do Grupo de Cairns e árduos defensores da liberalização do comércio de produtos agrícolas no contexto da OMC. A criação em 2003, por inspiração brasileira, do G-20, que não inclui a Nova Zelândia (por não ser país em desenvolvimento), não resultou, essencialmente, em afastamento dos dois países com relação ao tema. Embora, sem dúvida, haja mudado o enfoque brasileiro no tocante às negociações agrícolas da Rodada Doha, os dois países continuam basicamente aliados na sua defesa da eliminação de subsídios distorcivos do comércio internacional de produtos agropecuários.

Ambos, por outro lado, acreditam na importância de uma política ambiental que promova o desenvolvimento sustentado (a Nova Zelândia também é membro do Grupo de Valdívia) e fazem pesquisas científicas na Antártida.

Proposta de mecanismo de diálogo bilateral sobre Meio Ambiente: A Embaixada da Nova Zelândia propôs a criação de mecanismo de diálogo bilateral na área de meio ambiente. Entre as áreas de interesse a serem tratadas por um tal mecanismo, estariam mudança do clima, biodiversidade e biossegurança, biocombustíveis, parques nacionais e áreas protegidas e ecoturismo. O Brasil mantém mecanismos de diálogo bilaterais com diversos países - Alemanha, Argentina, Canadá, China, Estados Unidos, França, Índia, Japão, Reino Unido - assim como com a Comissão Européia. Esses foros têm-se revelado úteis para o intercâmbio de informações e pontos de vista, para a coordenação de posições, sempre que possível, e para o aprofundamento da cooperação bilateral. Uma vez que a Nova Zelândia tem atuação importante no tratamento internacional de temas ambientais e de desenvolvimento sustentável, como biodiversidade, biossegurança, mudança do clima e proteção ao meio ambiente marinho, a proposta neozelandesa de criação de mecanismo bilateral de diálogo na área de meio ambiente parece, do ponto de vista do DME, interessante. O funcionamento de eventual mecanismo deverá ser flexível, à luz da carregada agenda internacional na área de meio ambiente.

A exemplo do Brasil, a Nova Zelândia apóia as forças de paz da ONU, das quais participa ativamente (enviou 1.100 homens para o Timor Leste quando do processo de independência daquele país).

No campo dos direitos humanos, Brasil e Nova Zelândia têm demonstrado sintonia em suas posições; o tema é tradicionalmente prioritário na política externa neozelandesa e o Brasil, cada vez mais, tem ocupado a posição de interlocutor respeitado nesses foros.

Brasil e Nova Zelândia são parte dos dezessete países que compõem o Grupo de Cairns, e, no âmbito da OMC, fazem estreita coordenação de posições, produzindo propostas negociadoras comuns. O Grupo de Cairns apresentou, ao longo das Sessões do Comitê de Agricultura da OMC, propostas negociadoras sobre três aspectos estratégicos do comércio de produtos agrícolas: acesso a mercados, medidas de apoio interno ou de efeito equivalente ('domestic support') e subsídios à exportação ('export competition').

Em relação ao acesso a mercados, a proposta negociadora do Grupo de Cairns faz críticas abertas ao excessivo protecionismo existente no comércio de produtos agrícolas e agro-industriais, evidenciado pela elevada média das tarifas praticadas em relação a esses produtos, bem como pelas salvaguardas agrícolas especiais previstas no Acordo Agrícola da OMC. E a coordenação com a Nova Zelândia nessa matéria revelou-se importante.

Nos aspectos que concernem às medidas de apoio interno ou de efeito equivalente, a proposta negociadora do Grupo de Cairns é ainda mais incisiva ao afirmar, em sua introdução, que o setor agrícola permanece o mais altamente subsidiado da economia mundial, a despeito dos compromissos assumidos como resultado da Rodada Uruguai.

Vale lembrar, a propósito, que a Nova Zelândia adotou, a partir de 1984, política de eliminação das medidas de apoio interno ao setor agrícola. Tais subsídios, antes da reforma, respondiam por mais de 30% do valor da produção: índice um pouco mais alto do que o praticado pelos Estados Unidos. É importante notar que a eliminação dos subsídios trouxe modernização e competitividade ao setor e contribuiu para a redução das distorções de mercado no comércio de produtos agrícolas. Um exemplo, portanto, que interessa a todos analisar, pois põe por terra os argumentos daqueles que vinculam a redução ou suspensão dos subsídios à desestruturação de certos setores agrícolas.

A coexistência do Grupo de Cairns e do G-20 tem sido harmônica até o presente momento. Os entendimentos entre Brasil, Nova Zelândia e Austrália tem sido instrumentais nesse sentido, ao baixar o perfil das diferenças dos dois grupos e concentrar esforços no ataque aos subsídios dos países desenvolvidos.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS NOVA ZELÂNDIA

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Nova Zelândia
Superfície	270.534 Km ²
Localização	Sul da Oceania
Capital	Wellington
Principais cidades	Auckland, Wellington, Christchurch, Hamilton, Dunedin, Tauranga
Idiomas oficiais	Inglês e Maori
PIB (2006 - Estimativa EIU)	US\$ 106,4 bilhões
PIB "per capita" (2005)	US\$ 25.333
Moeda	Dólar neozelandês

Fonte: Elaborado pelo MRE/OPRIC - Divisão de Informações Comerciais, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2007.

INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS		2002	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)		3,9	4,0	4,1	4,1	4,2
Densidade demográfica (hab/Km ²)		14,4	14,8	15,2	15,2	15,5
PIB (US\$ bilhões)		59,8	79,2	97,5	108,4	106,4
Crescimento real do PIB (%)		4,6	4,0	3,9	2,0	1,7
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)		2,6	1,7	2,3	3,0	3,6
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)		4.963,0	6.085,0	6.947,0	8.893,0	10.021,0
Dívida Externa Total(US\$ bilhões)		32,6	34,0	34,3	42,8	46,9
Câmbio (NZ\$ / US\$)		2,16	1,72	1,51	1,42	1,54

Fonte: Elaborado pelo MRE/OPRIC - Divisão de Informações Comerciais, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report January 2007.

(1) Estimativa EIU

BALANÇO DE PAGAMENTOS

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)		2003	2004	2005
A. Balança comercial líquido - fob)		-457	-1.427	-2.727
Exportações		16.834	20.463	21.956
Importações		17.291	21.890	24.683
B. Serviços (líquido)		871	825	272
Receita		6.524	7.801	8.510
Despesa		5.653	6.976	8.238
C. Renda (líquido)		-4.205	-6.056	-7.626
Receita		1.417	1.530	1.451
Despesa		5.622	7.586	9.077
D. Transferências unilaterais (líquido)		221	202	459
E. Transações correntes (A+B+C+D)		-3.570	-6.458	-9.622
F. Conta de capitais (líquido)		502	156	-197
G. Conta financeira (líquido)		3.869	8.871	11.183
Investimentos diretos (líquido)		3.187	3.392	3.089
Portfolio (líquido)		1.020	6.319	-85
Outros		-338	-840	8.179
H. Erros e Omissões		-20	-1.943	1.043
I. Saldo (E+F+G+H)		781	628	2.407

Fonte: Elaborado pelo MRE/OPRDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, International Financial Statistics, December 2006.

COMÉRCIO EXTERIOR ^(a) (US\$ milhões)		2001	2002	2003	2004	2005	2006 ^(b)
Exportações (fob)		13.478	14.182	16.325	20.340	21.766	11.308
Importações (cif)		13.367	15.098	18.476	23.094	26.133	12.237
Balança comercial		111	-916	-2.151	-2.754	-4.368	-928
Intercâmbio comercial		26.845	29.280	34.801	43.434	47.899	23.545

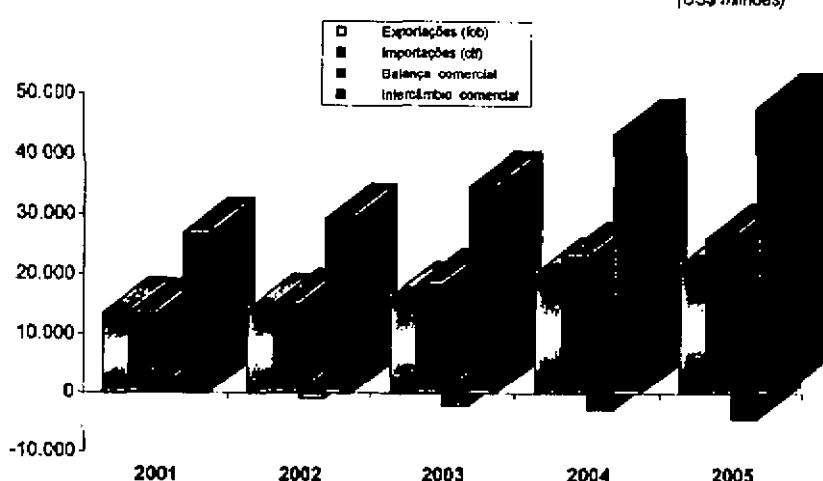
Fonte: Elaborado pelo MRE/OPRDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics - CD version, December 2006.

(b) Os dados são estimados, necessariamente, cerca de quatro apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de vendas fob e cif e das diferenças metodológicas de cálculo.

COMÉRCIO EXTERIOR DA NOVA ZELÂNDIA

2001 - 2005

(US\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo MRE/OPRDIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics - CD version, December 2006.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2003	% no total	2004	% no total	2005	% no total	2006 ⁽¹⁾	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Austrália	3.546	21,7%	4.259	20,9%	4.657	21,4%	2.181	19,3%
Estados Unidos	2.371	14,5%	2.926	14,4%	3.067	14,1%	1.455	12,9%
Japão	1.788	11,0%	2.287	11,2%	2.301	10,6%	1.157	10,3%
China	792	4,8%	1.150	5,7%	1.104	5,1%	632	5,6%
Reino Unido	785	4,8%	961	4,7%	1.012	4,7%	615	5,4%
Coreia do Sul	572	3,5%	779	3,8%	769	3,5%	422	3,7%
Alemanha	431	0,0%	484	2,4%	558	2,6%	314	2,8%
Canadá	315	1,9%	347	1,7%	392	1,8%	197	1,7%
Hong Kong	324	2,0%	369	1,8%	369	1,7%	169	1,5%
Bélgica	363	2,2%	345	1,7%	366	1,7%	228	2,0%
Filipinas	282	1,7%	333	1,6%	355	1,6%	157	1,4%
Malásia	307	1,9%	348	1,7%	331	1,5%	151	1,3%
Indonésia	221	1,4%	271	1,3%	328	1,5%	204	1,8%
Itália	258	1,6%	290	1,4%	316	1,5%	156	1,4%
México	241	1,5%	264	1,3%	310	1,4%	157	1,4%
Cingapura	184	1,1%	241	1,2%	306	1,4%	190	1,7%
França	227	1,4%	263	1,3%	289	1,3%	137	1,2%
Arábia Saudita	158	1,0%	215	1,1%	269	1,2%	154	1,4%
Fiji	154	0,9%	237	1,2%	250	1,1%	113	1,0%
Tailândia	194	1,2%	244	1,2%	238	1,1%	130	1,2%
Países Baixos	146	0,9%	193	0,9%	237	1,1%	151	1,3%
Brasil	19	0,1%	23	0,1%	63	0,3%	2	0,0%
SUBTOTAL	13.680	83,8%	16.830	82,7%	17.887	82,2%	9.083	80,3%
DEMAIS PAÍSES	2.645	16,2%	3.510	17,3%	3.879	17,8%	2.224	19,7%
TOTAL GERAL	16.325	100,0%	20.340	100,0%	21.766	100,0%	11.308	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/OPDV/CIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da PMS, Direction of Trade Statistics - DOT, CD version, December 2006.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR

. COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 5 ⁽¹⁾	Part % no total
EXPORTAÇÕES(US\$ milhões, fob)		
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	3.667	16,9%
Carnes e miudezas comestíveis	3.283	15,1%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	1.349	6,2%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc, mecânicos	1.186	5,5%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	824	3,8%
Peixes e crustáceos, moluscos	798	3,7%
Alumínio e suas obras	765	3,5%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	712	3,3%
Matérias albuminóides, produtos à base de amidos ou féculas modificados, colas, enzimas	593	2,7%
Lã, pêlos finos ou grosseiros, fios e tecidos de crina	564	2,6%
Preparações alimentícias diversas	434	2,0%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	431	2,0%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas	346	1,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	333	1,5%
Plásticos e suas obras	324	1,5%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos, etc	319	1,5%
Subtotal	15.929	73,3%
Demais Produtos	5.801	26,7%
Total Geral	21.730	100,0%
IMPORTAÇÕES(US\$ milhões, cif)		
Veículos automóveis, tratores, ciclos	3.805	14,5%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc, mecânicos	3.557	13,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	3.168	12,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	2.314	8,8%
Plásticos e suas obras	985	3,8%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos ou espaciais	866	3,3%
Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia	777	3,0%
Produtos farmacêuticos	670	2,6%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	668	2,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	483	1,8%
Ferro fundido, ferro e aço	428	1,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico e colchões	374	1,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	328	1,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	319	1,2%
Produtos químicos inorgânicos	316	1,2%
Borracha e suas obras	303	1,2%
Subtotal	19.363	73,9%
Demais Produtos	6.856	26,1%
Total Geral	26.219	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

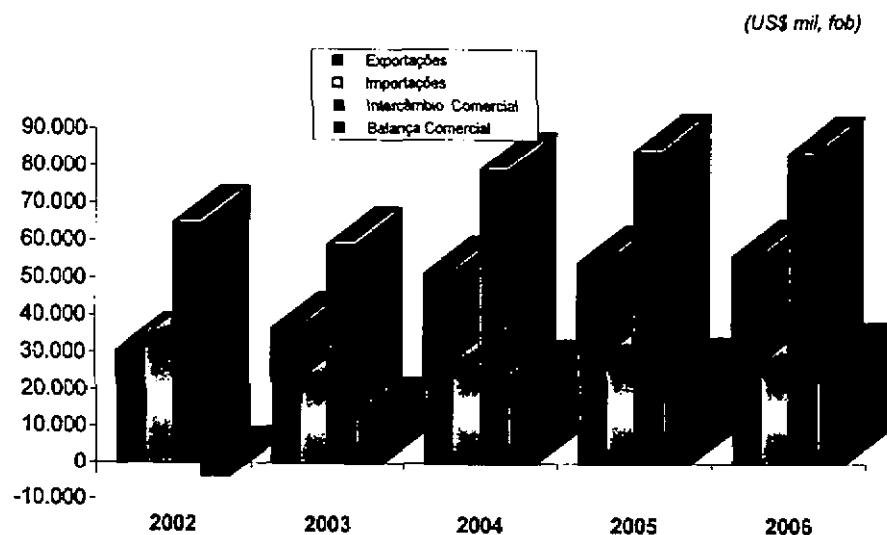
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NOVA ZELÂNDIA

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NOVA ZELÂNDIA ⁽¹⁾		2002	2003	2004	2005	2006
(US\$ mil, fob)						
Exportações		30.429	36.234	51.338	54.226	55.862
Variação em relação ao ano anterior		34,0%	19,1%	41,7%	5,6%	3,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Oceania		10,4%	10,4%	11,8%	10,2%	9,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,1%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%
Importações		34.135	22.768	27.763	29.961	27.591
Variação em relação ao ano anterior		-2,7%	-33,3%	21,9%	7,9%	-7,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Oceania		13,8%	7,2%	6,9%	4,5%	3,6%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		64.864	59.002	79.101	84.187	83.453
Variação em relação ao ano anterior		11,7%	-8,6%	34,1%	6,4%	-0,9%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Oceania		12,0%	8,9%	9,5%	7,1%	6,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança Comercial		-3.706	13.466	23.575	24.266	28.272

Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informações Comerciais, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

(1) As discrepâncias observadas nos dados verticais das exportações e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NOVA ZELÂNDIA 2002 - 2006



Fonte: Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informações Comerciais, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Sistema Alice.

**COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL
BRASIL- NOVA ZELÂNDIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NOVA ZELÂNDIA (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Reatores, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4.869	9,5%	7.340	13,5%	7.103	12,7%
Motocompressor hermético, capacidade <4700 litros/hora	1.544	3,0%	1.691	3,1%	2.335	4,2%
Refrigeradores combin. c/ congeladores, porta ext. separada	210	0,4%	1.397	2,6%	1.777	3,2%
Outros niveladores	1.636	3,2%	1.574	2,9%	1.363	2,4%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	3.218	6,3%	4.123	7,6%	6.727	12,0%
Sucos de laranjas, congelados, não fermentados	3.049	5,9%	3.630	6,7%	6.469	11,6%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	5.697	11,1%	6.085	11,2%	6.299	9,5%
Motocicletas c/ motor pistão alternat. 125 cm ³	2.118	4,1%	1.589	2,9%	3.349	6,0%
Carroças p/veic automóv transp. >= 10 pessoas ou picarga	352	0,7%	0	0,0%	662	1,2%
Motocicletas c/ motor pistão alternat. 50 cm ³	339	0,7%	270	0,5%	345	0,6%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	3.108	6,1%	825	1,6%	4.657	8,4%
Bagaços e out. resíduos sólidos, da extr do óleo de soja	3.090	6,0%	825	1,5%	4.667	8,4%
Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	8.338	16,2%	7.612	14,0%	3.870	6,9%
Óleo de soja, refinado, em recipientes com capacidade >5L	6.845	13,3%	7.610	14,0%	3.569	6,4%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	2.432	4,7%	2.819	5,2%	3.321	5,9%
Motor eletr corr atenç trif 750W	1.191	2,3%	1.152	2,1%	1.304	2,3%
Alumínio e suas obras	807	1,6%	1.718	3,2%	2.431	4,4%
Outros produtos de origem animal	2.427	4,7%	2.445	4,6%	2.256	4,0%
Café, chá, mate e especiarias	699	1,3%	1.757	3,2%	1.926	3,4%
Máterias albuminóides, produtos à base de amidos	1.436	2,8%	2.086	3,8%	1.647	2,9%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	2.444	4,8%	1.681	3,1%	1.624	2,9%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	1.819	3,2%	1.007	1,9%	1.377	2,5%
Produtos farmacêuticos	814	1,6%	1.070	2,0%	1.184	2,1%
Plásticos e suas obras	785	1,5%	444	0,8%	1.121	2,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	779	1,5%	882	1,6%	1.000	1,8%
Carnes e miudezas, comestíveis	602	1,2%	569	1,0%	822	1,5%
Produtos químicos orgânicos	1.023	2,0%	1.645	3,0%	815	1,5%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	724	1,4%	621	1,1%	736	1,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	374	0,7%	274	0,5%	732	1,3%
Subtotal	42.394	82,6%	45.002	83,0%	48.656	87,1%
Demais Produtos	8.844	17,4%	9.225	17,0%	7.204	12,9%
TOTAL GERAL	51.338	100,0%	54.226	100,0%	55.862	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/OPRODEC - Detalhe de Informações Comerciais, levado por base os dados do MDIC/SECEX/Sistema Aduaneiro.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, fundo como base os valores apresentados em 2006

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - NOVA ZELÂNDIA (US\$ mil - fob)	2004	% no total	2005	% no total	2006	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	5.898	21,2%	8.599	28,7%	7.418	25,9%
Outras hulhas, mesmo em pó, mas não aglomeradas	5.898	21,2%	5.896	19,7%	7.418	26,9%
Leite e laticínios, ovos, mel natural	2.408	8,7%	2.122	7,1%	3.830	13,9%
Outros prods. constituídos do leite, mesmo adocicados	349	1,3%	1.122	3,7%	3.404	12,3%
Leitelho, leite, creme de leite, coagulados, fermentados	660	2,4%	405	1,4%	427	1,5%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	2.456	8,8%	3.069	10,3%	3.715	13,5%
Aparelhos transmissores/receptores radiotelef digit F <=23GHz	1	0,0%	0	0,0%	2.624	9,5%
Outros conversores elétricos estáticos	438	1,6%	551	1,8%	497	1,8%
Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc, mecânicos	4.019	14,5%	4.509	15,0%	3.843	13,2%
Outras máquinas e aparelhos para agricultura, horticultura, etc	488	1,8%	592	2,0%	1.096	4,0%
Partes de maq's e apars p/selecionar, etc subst minerais	203	0,7%	403	1,3%	659	2,4%
Outras maq's e apars p/prepar/fabr/indai de alimentos, etc	0	0,0%	0	0,0%	426	1,5%
Máterias albuminóides, produtos à base de amidos, etc	5.288	19,0%	4.938	16,5%	2.850	10,3%
Caseínas	1.322	4,8%	1.364	4,6%	1.118	4,1%
Caseinato de sódio	2.456	8,8%	2.240	7,5%	828	3,0%
Açúcares e produtos de confeitaria	957	3,4%	1.866	6,6%	1.719	6,2%
Lactose e xarope de lactose, peso >= 99% de lactose	957	3,4%	1.666	5,6%	1.599	5,8%
Produtos farmacêuticos	997	3,6%	1.322	4,4%	1.170	4,2%
Alumínio e suas obras	307	1,1%	219	0,7%	661	2,4%
Subtotal	22.327	80,4%	26.461	88,3%	25.006	80,6%
Demais Produtos	6.436	19,6%	3.500	11,7%	2.585	9,4%
TOTAL GERAL	27.763	100,0%	29.961	100,0%	27.591	100,0%

Fonte: Elaborado pelo MRE/OPRODEC - Detalhe de Informações Comerciais, levado por base os dados do MDIC/SECEX/Sistema Aduaneiro.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, fundo como base os valores apresentados em 2006

Aviso nº 291 - C. Civil.

Em 10 de abril de 2007.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MANOEL ANTONIO DA FONSECA COUTO GOMES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no Diário do Senado Federal, de 19/4/2007.